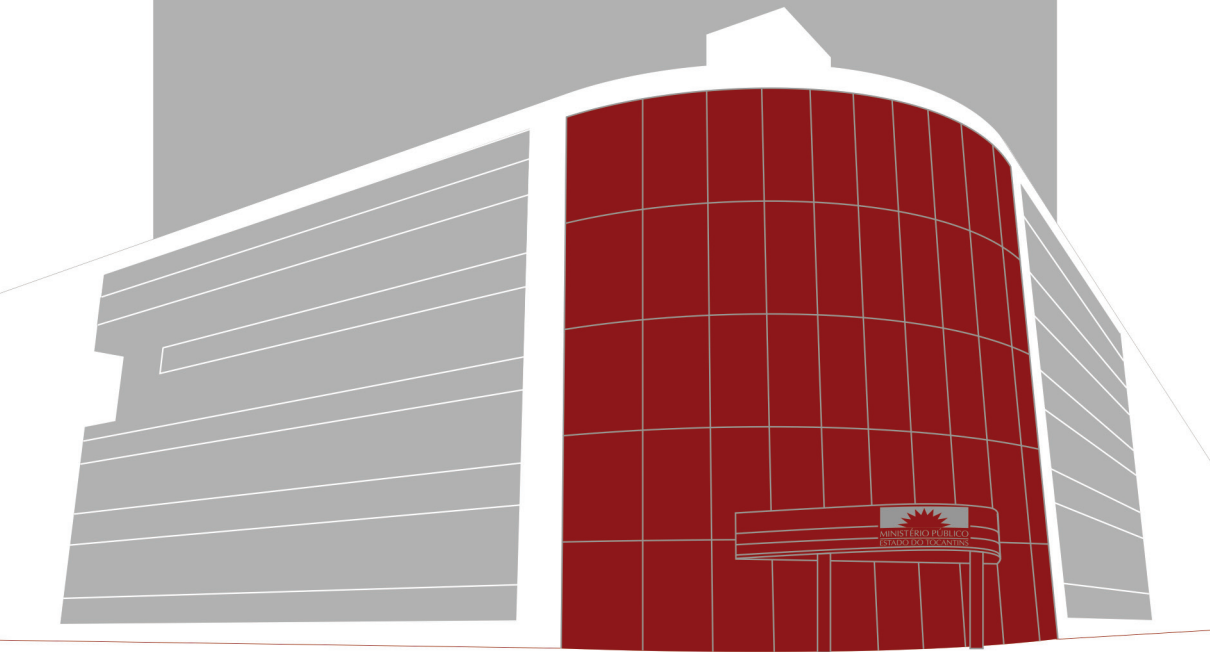


ANO XII - Nº 17

# Revista Jurídica

MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
ESTADO DO TOCANTINS



Centro de Estudos e  
Aperfeiçoamento Funcional  
CESAF





**Revista Jurídica**  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
ESTADO DO TOCANTINS

# Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Tocantins

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf)

Maria Cotinha Bezerra Pereira  
**Procuradora-Geral de Justiça**

Marco Antonio Alves Bezerra  
**Corregedor-Geral**

## **Ficha Técnica:**

### **Coordenador**

Octahydes Ballan Junior  
Promotor de Justiça

### **Subcoordenadora**

Ana Paula Reigota Catini  
Procuradora de Justiça

### **Editor-Chefe**

Octahydes Ballan Junior  
Promotor de Justiça

### **Conselho Editorial**

Ana Paula Reigota Ferreira Catini  
Cleivane Peres dos Reis  
Diego Nardo  
Geraldo da Silva Gomes  
José Maria da Silva Junior  
Marco Antonio Alves Bezerra  
Rodrigo Alves Barcellos  
Ruth Araújo Viana

### **Revisão Linguístico-Textual**

Geraldo da Silva Gomes  
Luciana Duailibe  
Keila Fernandes Santos

### **Diagramação e Formatação**

Randolfo Corrêa  
Fernando Antonio Garibaldi Filho  
Marcela Dal Molin Machado Alves

*Octaydes Ballan Junior*  
(Coord.)

# Revista Jurídica

MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
ESTADO DO TOCANTINS

Ano XII - nº 17

*Palmas, Tocantins*  
2019

2019, Ministério Público do Estado do Tocantins

Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Tocantins

Publicação do Ministério Público do Estado do Tocantins

Ano XII nº 17 2019

Tiragem: 500 exemplares

Tocantins, Ministério Público

Revista Jurídica do Ministério Público do Tocantins./ Coordenação de  
Octahydes Ballan Junior. Palmas: Cesaf, ano 12, nº 17, 2019  
198 p.

Periodicidade semestral

ISSN: 1984-168 x

1. Segregação criminal - população negra 2. Tribunal do Júri: teses de  
defes 3. Colaboração premiada - efetividade e eficácia 4. Autolavado de  
activos - ordenamiento jurídico-penal peruano 5. Ações de ressarcimento  
ao erário - prescrição 6. Litígios climáticos - direitos humanos 7. Pessoa com  
deficiência - aspectos legais 8. Constelação familiar - mediação de conflitos-  
Tocantins 9. Lei de Improbidade - pacote anticrime.

I. Título

CDU: 34 (05)

Todos os direitos reservados ao Ministério Público do Estado do Tocantins.  
É permitida a reprodução parcial ou total, desde que sejam citadas as fontes.

A originalidade dos artigos e as opiniões emitidas são de  
total responsabilidade de seus autores.

Procuradoria-Geral de Justiça  
Qd 202 Norte, Av. LO 4, Conjunto 01,  
Lotes 5 e 6 - Plano Diretor Norte  
CEP: 77.006-218 - Palmas - Tocantins  
(63) 3216-7600

[www.mpto.mp.br](http://www.mpto.mp.br) - [cesaf@mpto.mp.br](mailto:cesaf@mpto.mp.br)